

MULHERES EM MOVIMENTO

PENSAMENTO SOCIAL E PRÁXIS ANTIRRACISTA



Loiva Mara de Oliveira Machado
Daniela Ferrugem
Karina Limeira Santos

 Manuscrito

Mulheres em movimento: pensamento social e práxis antirracista

Loiva Mara de Oliveira Machado

Daniela Ferrugem

Karina Limeira Santos

(Organizadoras)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Pró-Reitoria de Extensão

Loiva Mara de Oliveira Machado
Daniela Ferrugem
Karina Limeira Santos
(Organizadoras)

Mulheres em movimento: pensamento social e práxis antirracista

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Extensão

e-Manuscrito
2026

Mulheres em movimento : pensamento social e práxis
antirracista / organização Loiva Mara de
Oliveira Machado , Daniela Ferrugem , Karina
Limeira Santos. -- 1. ed. -- São Paulo :
Gustavofelipedossantosferreira (e-Manuscrito),
2026.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-93955-91-4

DOI - 10.29327/5873850

1. Antirracismo 2. Interseccionalidade
3. Mulheres negras - Aspectos culturais
4. Mulheres negras - Atividade política
5. Mulheres negras - Condições sociais
6. Racismo - Aspectos sociais 7. Relações
étnico-raciais I. Machado, Loiva Mara de Oliveira.
II. Ferrugem, Daniela. III. Santos, Karina Limeira.

26-371466.0

CDD-305.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres negras : Aspectos sociais: Sociologia 305.42
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Angela Maria Roberti Martins (UERJ)	Prof. Dr. João do Prado F. de Carvalho (UNIFESP)
Prof. Dr. Antonio Castillo Gómez (UAH/Madrid)	Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves (UFJF/MG)
Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Junior (UFPA)	Prof. Dr. Luis Balkar Peixoto Pinheiro (UFAM)
Prof. Dr. Antonio Rago Filho (PUC/SP)	Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira (UNISANTOS)
Prof. Dr. Azemar dos Santos S. Júnior (UFRN)	Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino (UFRJ)
Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC)	Profa. Dra. Maria Cristina Dadalto (UFES)
Prof. Dr. Emerson de Paula (UNIFAP)	Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)
Prof. Dr. Fernando de Sousa (CEPESE/Portugal)	Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas (UFCE)
Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento (UFPI)	Prof. Dr. Oswaldo Truzzi (UFSCar)
Profa. Dra. Glaura T. Nogueira Lima (UFTM/MG)	Profa. Dra. Tania Regina de Luca (UNESP/Assis)
Prof. Dr. Henrique Alonso Pereira (UFRN)	Profa. Dra. Valéria Aparecida Alves (UECE)
Prof. Dr. Iranilson Buriti (UFCG/PB)	Prof. Dr. Vitorio Capelli (UNICAL/Itália)
Profa. Dra. Iara Beleli (UNICAMP)	Profa. Dra. Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Todos os direitos reservados à e-Manuscrito. Copyright © 2026

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da e-Manuscrito.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus autores.

Editores responsáveis: Gustavo F. S. Ferreira e Karina Cobo Bardavira

Capa: Gustavo F. S. Ferreira e Karina Cobo Bardavira



PPG Política Social
Serviço Social

SUMÁRIO

Apresentação	07
<i>Carta:</i> Tecendo a escrita de nós... (Thaísa Silva Martins; Hérica da Silva de Oliveira)	11
<i>Poema:</i> Pérola (Delma Gonçalves)	14
A centralidade das amefricanas nas famílias negras (Natália Ferreira Pereira)	15
<i>Poema:</i> Parideiras (Rosa Mayommbe)	36
Mulheres negras e(m) redes afrodiaspóricas: discursos e práticas de resistência no combate ao racismo (Caroline Fernanda Santos da Silva)	37
<i>Poema:</i> Fuga (Lilian Rocha)	60
<i>Carta:</i> Eu, mulher, mãe, preta (Vanessa Priscila Acosta da Rosa)	61
Entidades político-organizativas do Serviço Social e a luta antirracista: o papel do conjunto CFESS/CRESS (Francielly Muria dos Santos; Loiva Mara de Oliveira Machado)	63
<i>Poema:</i> Mulheres se movem (Rosa Mayommbe)	76
Entre ruas e Parlamento: a eleição de uma Bancada Negra (Eriane Martins Pacheco)	77
<i>Poema:</i> Reencontro é festa (Alene Silva da Rosa)	92
Mulheres negras periféricas e o legado de Carolina Maria de Jesus: entre músicas, sambas, danças e rodas de conversa no Campo da Tuca/RS (Tainara Machado Costa; Loiva Mara de Oliveira Machado)	93

Eu sou o samba: o ritmo da resistência como instrumento educativo (Marlise Paz dos Santos; Rosemar Silva da Silva; Aline Santos Oliveira)	105
Entre a festa e a luta: o protagonismo das mulheres no Carnaval (Andrielle Pereira Assis; Loiva Mara de Oliveira Machado)	117
<i>Poema</i> : Sobre encruzilhadas (Fátima Farias)	136
<i>Arte</i> : Sou semente (Geyse Ramos)	137
<i>Poema</i> : Almoço privê (Fátima Farias)	138
<i>Carta</i> : Eu, Camile, branca, de alienada a aliada antirracista (Camile Pasqualotto Lewczynski)	139
<i>Poema</i> : Mercado negro (Úrsula Ingrid de Souza Faria)	152
Aprendendo a transgredir entre fios e meios-fios (Paulina Gonçalves)	153
Acerca dos termos “brega” e “cafona”: o impossível de ver/escutar da Psicanálise (Helena de Barros Soares)	165
<i>Poema</i> : Lugar errado, cor errada (Amanda Mikaela Coelho dos Santos - Mikaa)	183
Dumping social, interseccionalidade e invisibilidade jurídica: a precarização do trabalho da mulher negra no Brasil (Laysa Caroline Girelli)	185
<i>Poema</i> : Assédio (Delma Gonçalves)	203
Vivências de trabalhadoras negras na Política de Assistência Social de Porto Alegre/RS: o que somos e o que construímos! (Carla Rejane Goulart Bandeira; Cláudia Aparecida Alves Godoi; Milena Cassal Pereira)	205
<i>Poema</i> : Corre, preto! (Rita Greicy Costa Cardoso)	226
<i>Podcast</i> : Encruzilhadas de Resistências	230

Apresentação

A tessitura desta obra coletiva emerge de um conjunto de problematizações, vivências e construções cotidianas acerca do racismo, do patriarcado e do capitalismo que impactam diretamente a classe trabalhadora, em especial, as mulheres e, destas, com maior incidência, as mulheres negras, indígenas, com deficiência, periféricas e estrangeiras.

“Mulheres em movimento: pensamento social e práxis antirracista” é um instrumento de luta e resistência forjado na contramão do mito da democracia racial e das violências que afetam o cotidiano das mulheres, expressas, entre outras formas, pela misoginia, pelo racismo, pelo capacitismo, pela LGBTfobia, pela xenofobia e pela aporofobia. Lélia Gonzalez (2020) já nos alertava de forma crítica e ousada sobre o mito da democracia racial, o pacto da branquitude, a meritocracia e a naturalização da hierarquia racial no Brasil.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (Gonzalez, 2020, p. 78).

Enfrentar essa lógica naturalizada é um desafio a que nos propomos. Esta sistematização coletiva acompanha o movimento dialético e contraditório da realidade, reconhecendo a dinâmica indissociável do singular, particular e universal frente ao contexto de crescente violência a que estão submetidas as mulheres, em diferentes recantos do nosso país e no estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), no Brasil, em 2025, houve 95.026 mil casos de *stalking*, que se traduz na perseguição obsessiva que invade a privacidade das mulheres; 51.866 casos de violência psicológica; 3.870 casos de tentativa de feminicídio; e o grave índice de 1.492 vítimas de feminicídio – destas 63,6% eram mulheres negras, a sua maioria (70,5%) com idade entre 18 e 44 anos. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicados no documento “Retratos do Feminicídio no Brasil” (2006-2026) (FBSP, 2026, p. 14), “mais de 70% dos municípios com menos de 100 mil habitantes não possuem nenhum serviço especializado para atender mulheres em situação de violência”. Esta realidade é gritante!

No estado do Rio Grande do Sul, verificamos, neste ano de 2026, uma situação pandêmica de feminicídio, chegando ao índice alarmante de 27 casos, de janeiro a 7 de abril de 2026, momento em que finalizamos esta sistematização. Embora os dados sejam subnotificados em relação às questões étnico-racial, de gênero e sexualidade, podemos registrar, a partir de informações obtidas junto ao G1 – Globo/RS, que são mulheres de diferentes raças/etnias, identidades de gênero, regiões do estado, territórios, origens, áreas de formação e de trabalho, jovens, adultas e idosas, filhas, mães, irmãs, tias, namoradas, esposas, companheiras... todas tiveram suas vidas ceifadas pela violência de gênero: Ana Beatriz Fernandes da Rocha (20); Angélica Ines Strelow (28); Cássia Nascimento (26); Cláudia Rosane Casseres da Cunha (53); Daiane Rosa Zastrow (39); Dione Poisl (74); Gislaine Beatriz Rodrigues Duarte (31); Gislaine Reguss (34); Glai Maria da Costa Conceição (47); Ianca Diniz Soares (30); Josiane Natel Alves (32); Juliane Cristine Schuster (30); Karizele Oliveira Senna (30); Leila Raquel Camargo Feltrin (25); Letícia Foster Rodrigues (37); Marinês Teresinha Schneider (54); Marlei de Fatima Froelick (53); Mirella dos Santos da Silva (15 anos); Miriane Lacerda Vieira (24); Paula Gabriela Torres Pereira (39); Paula Gomes Gonhi (44); Roseli

Vanda Pires Albuquerque (47); Silvana Germann de Aguiar (48); Tereza de Jesus Trindade da Silva (49); Uliana Teresinha Fagundes (59); Veridiana de Barros Alves (43); Vicentina de Souza Batista (65). A todas elas, nossa femenagem!

Esta obra coletiva apresenta um conjunto de onze artigos, quatro cartas, nove poemas e uma ilustração criativa, politicamente centrada, além de um conjunto de reflexões disponibilizadas por meio de QR CODES, originalmente veiculadas a partir do podcast “Encruzilhadas de Resistências”, produzido pelo Programa de Extensão Coletivo Aya, os quais podem ser acionados como fonte de inspiração. Ressalta-se ao longo do texto a escrita sobre a referência de bell hooks (em minúsculo), de modo a contemplar o posicionamento da autora sobre essa questão.

Ao contrário de obras com uma estrutura convencional, este é um e-book “em movimento”, que articula saberes artísticos, populares, ações extensionistas e de pesquisas, oportunizando abordagens diferenciadas sobre a construção de conhecimentos, organização e lutas coletivas protagonizadas por mulheres em diferentes territórios e instituições. São filhas, irmãs, tias, mães, avós... estudantes-trabalhadoras-estudantes, que buscam a qualificação técnica, política e pedagógica no cotidiano do trabalho, da formação e da militância. Os textos são de autoria e responsabilidade integral das autoras que compõem esta obra, as quais apresentam diferentes estilos de escrita. Todas são mulheres: artistas, poetas, compositoras, escritoras, musicistas, educadoras, analistas, estudantes, assistentes sociais, pedagogas, psicólogas, advogadas, cientistas políticas, sanitaristas, administradoras... Para além de uma ação “em si” (prática isolada), esta produção visa uma ação transformadora (práxis), devidamente contextualizada, territorializada e racializada, para que efetivamente se possa contribuir para uma formação-trabalho-militância com consciência crítico-interventiva-transformadora.

Dedicamos este trabalho a todas as mulheres que constroem a vida no urbano e no rural, na arte, no esporte, na formação, no trabalho, na militância em diferentes áreas e nas lutas coletivas, assumindo uma perspectiva antirracista, crítica, emancipatória e revolucionária de sociedade hoje e para as futuras gerações.

Porto Alegre/RS - Brasil, outono de 2026.

Loiva Mara de Oliveira Machado¹
Daniela Ferrugem²
Karina Limeira Santos³

¹ Assistente Social; Doutora em Serviço Social; Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Líder do Aya – Grupo de Pesquisa, Extensão e Formação em Relações Étnico-Raciais e de Gênero; e vice-líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Assistência Social, Movimentos Sociais e Sistemas de Proteção Social (GEPEASS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6672410060900654> | E-mail: loivadeoliveira@ufrgs.br

² Assistente Social; Doutora em Serviço Social; Líder do Aya – Grupo de Pesquisa, Extensão e Formação em Relações Étnico-Raciais e de Gênero; Servidora do CIPAS/UFRGS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5471071385067239> | E-mail: daniferrugem@yahoo.com.br

³ Graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (UFBA); Assistente Social; Integrante do Aya – Grupo de Pesquisa, Extensão e Formação em Relações Étnico-Raciais e de Gênero. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0657963230814705> | E-mail: karinalimeira.santos@gmail.com

Carta:

Tecendo a escrita de nós...

Thaís Silva Martins⁴
Hérica da Silva de Oliveira⁵

Olá, leitora

Como você está?

Estamos aqui a lhe escrever uma carta.

Desde já, te convidamos a conversar com a gente usando o pronome feminino. Sim, leitora: “Tamo junta!” Acredito que você, assim como nós, deve estar cansada desses mais de 500 anos de patriarcado que, inclusive, leva-nos a aprender a usar o pronome masculino em tudo.

Vimos lhe contar um pouco sobre a nossa experiência como parte da coordenação do clube “Leia Mulheres”, em nossa cidade. Vamos trazer algumas reflexões para pensarmos a autoria de mulheres e, especificamente, das mulheres negras.

Nós somos do município de Araçuaí, no estado de Minas Gerais, com aproximadamente 36 mil habitantes. Estamos dentro de um vale, chamado Vale do Jequitinhonha, que leva o nome do nosso Rio. Um Rio que nasce em uma cidade chamada Serro e deságua no mar, em Belmonte, na Bahia.

Estamos em uma região de muita cultura e resistência popular, marcada por muitos corais, grupos teatrais, grupos de Folia de Reis etc. Só em nosso Vale, que compõe cerca de 59 municípios, existem mais de 100 comunidades quilombolas certificadas.

Sabemos que, no Brasil, o nosso corpo negro tem sido, durante séculos, violado em sua integridade, o que leva e sempre levou a nós, mulheres negras, a desenvolver formas de resistência,

⁴ Assistente Social; Consultora técnica ao Grupo de Trabalho Interministerial no monitoramento de uma agenda de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha/MG (GTI/IFNMG - 2026). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8231077696176290> | E-mail: thaís19.martins@gmail.com

⁵ Engenheira agrícola e ambiental; Pesquisadora e Professora. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3325912852048291> | E-mail: hericacardosovieira@gmail.com

que estão expressas na formação do nosso país, por meio da dança, da música, da culinária, da religião e, também, da escrita.

Apesar de lidar com séculos de apagamento e perseguição dos nossos corpos, sempre escrevemos, embora o mercado editorial há pouco tempo tenha se ampliado para a gente.

Por meio de um artigo da escritora Conceição Evaristo, ficamos sabendo que a Maria Firmina dos Reis, com o seu romance “Úrsula”, é apontada como a primeira romancista e a primeira mulher a escrever um romance abolicionista no Brasil, em 1859. Você sabia disso? Esta autora, inclusive, é a autora da vez em nosso clube de leitura.

Você sabia que, historicamente, a imagem de Maria Firmina dos Reis foi apagada, confundida com uma escritora branca, a gaúcha Maria Benedita Borman? Maria Firmina nasceu em 1882, na ilha de São Luís (MA). Ela começou a estudar de forma autodidata, vindo a ser a primeira professora concursada do estado do Maranhão, com 25 anos de idade, e falecendo em 1917, no município de Guimarães, como aprendemos com a escritora Jarid Arraes, em seu livro “Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis”.

E você, leitora, você escreve?

Em nosso município, Araçuaí, desde 2019, iniciamos o nosso clube de leitura, que faz parte do Projeto Nacional Leia Mulheres, que surgiu em 2015, em São Paulo, por meio de Juliana Gomes, Juliana Leuenroth e Michelle Henriques. O projeto iniciou com o objetivo de fomentar a leitura de mais escritoras, tendo em vista que os fundamentos patriarcais da nossa sociedade ainda influenciam as nossas possibilidades de produção, publicação e acesso às obras de autoria feminina. Construir esse projeto em nossa cidade nos ajudou para que a gente se reconhecesse não só como leitoras, mas também como escritoras.

Desde 2021, em nossa cidade, começamos a fomentar um processo de escrita, também, por meio do clube. Hoje ele é coordenado por quatro mulheres negras que se reconhecem como escritoras. Há dois anos, também desenvolvemos projetos de divulgação de obras de autoras do Vale do Jequitinhonha, e isso nos trouxe muitos frutos, como a nossa participação no Movimento

de Poetas e Escritoras/es do Vale do Jequitinhonha. Conhecemos escritoras que são: doula, indigenista, agricultora familiar, mestra, feminista, educadora do campo, compositora, militante, quilombola, atriz, capoeirista, filósofa, produtora cultural, cantora, pesquisadora popular, artista, educadora, bordadeira, indígena, professora e poeta marginal.

Isso indica como a escrita não se restringe à academia, e que bom que descobrimos e vivenciamos isso.

Assim, nos fortalecemos, te segredamos que:

De mãos calejadas,
e com as marcas dos pés no chão,
desde a infância o nosso povo luta no sertão.

Cheias de vida, carregamos as resistências das nossas avós.
Tão luzes em nossos caminhos.
Tão entrelaçadas em NÓS.

O Silva nos une,
na força e na escrita.
Carregadas de afeto,
seguimos a nossa trilha.

Por fim, deixamos um verso para ela,
Conceição Evaristo,
quem trazemos no coração.
Com Conceição, vamos remando,
alimentando os sonhos da nossa geração.

Poema: **Pérola**

Delma Gonçalves⁶

Sou a cor da minha poesia
Sou o que teus olhos não prevêm
E nem quer ver
Eu me libertar
O teu olhar a cada dia
Só vem me subestimar
Saiba
O meu poema
Tem o matiz
Da minha alma Diáspora
Se ler o que escrevo
Irás entender sem demora
Os lanhos às marcas e cicatrizes
Que só os teus olhos não veem
E ignoras
O que há de dentro pra fora
Se liga agora

Mas se perceberes
Vais ver que dentro em mim
Há uma aura negra
- Pérola - Diáspora
A minha escrita é canto

Além mar
De suor e sangue
É dança é ritmo de Ijexá
É rio
A banhar a fonte de minha cultura
Na soltura no mundo de agora
Do que foi ontem
Ancestralidade
De reis e rainhas
Motumbá
Tem a luz
Dos Orixás
Dos Patuás
Dos Yorubas
Tá na hora
De ler-me
Com um novo olhar
Minhas escritas e vivências
Você vai ter que respeitar
Se não...
Vai cantar de galo
Noutro lugar!

⁶ Poeta porto-alegrense, compositora, produtora cultural. Graduada em Letras. Em 2025 lança seu livro “Ayabá” (Ed. Casa Editorial) e o livro Infantil “A Vida das Palavras” (Filos Editora). Faz parte dos Coletivos Sopapo Poético e CEN (Coletivo de Escritores Negros). E-mail: delmalettras@gmail.com

A centralidade das amefricanas nas famílias negras

Natália Ferreira Pereira⁷

Resumo: O presente artigo tem por objetivo dialogar sobre a centralidade das mulheres negras no campo das famílias negras, considerando que raça, gênero e classe se constituem como eixos estruturantes que atravessam a vida das mulheres negras, provocando desigualdades e ocasionando uma série de vivências e de experiências diversificadas. Sendo assim, o ensaio trata-se de uma análise bibliográfica, em que se priorizam referências afrocentradas no âmbito da teoria social crítica. Dessa maneira, é possível observar uma romantização social na sobrecarga vivenciada pelas amefricanas.

Palavras-chave: mulheres negras; interseccionalidade; famílias negras.

Introdução

Ao dialogar sobre amefricanas⁸, é importante destacar que essas são as principais vítimas do sistema capitalista, sofrem as manifestações das opressões de raça, classe e gênero e, consequentemente, compõem a base da pirâmide social. Essas mesmas mulheres (sobre)vivem sob as condições estruturais do racismo, do sexismo e das demais violências correlacionadas que se sobrepõem (Akotirene, 2019).

Devemos lembrar que as mulheres negras também foram, e ainda são, vítimas do processo de colonização, da brutalidade que rebaixou os sujeitos racializados do ponto de vista humano.

⁷ Assistente Social; Mestra e Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos (UCPel); Assistente Social na Sociedade Espírita Assistencial Dona Conceição, em Pelotas/RS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4096648328537324> | E-mail: natalia.pereira@sou.ucpel.edu.br

⁸ Conceito em referência à categoria de “amefricanidade” de Lélia Gonzalez, usado para designar mulheres afrodescendentes nas Américas não apenas no que partilham em termos geográficos, mas também histórica e culturalmente.

Assim, para que ocorresse a legitimação da escravização, acreditou-se na inferioridade das raças, pautada pela perspectiva de que determinados sujeitos nasceram para ser escravizados e que toda a sua posteridade também (Carine, 2023).

Além disso, segundo Kilomba (2019), o regime repressivo do colonialismo e do racismo trouxe uma série de implicações, como o silenciamento e a marginalização daqueles colonizados, pois, “no mundo conceitual *branco*, o *sujeito negro* é identificado como o *objeto ‘ruim’*” (Kilomba, 2019, p. 37, grifos da autora). Já a branquitude é vista como ideal, decente e majestosamente generosa. Dessa maneira, de acordo com bell hooks (2019a, p. 296), “sistemas de dominação, imperialismo, colonialismo e racismo coagem ativamente as pessoas negras a internalizar percepções negativas da negritude, a se auto-odiar”, o que traz uma série de implicações sociais e psicológicas.

Conforme a entrevista realizada por Dantas, Ferreira e Vêras (2017) com o intelectual Munanga, o racismo na sociedade brasileira é um crime perfeito. A partir do mito da democracia racial, você pergunta pelo racista, mas não encontra, entretanto, sabe que a discriminação existe. “[...] É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz, você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem” (Dantas; Ferreira; Vêras, 2017, p. 40). Tal fato ocorre porque acredita-se que o racismo no Brasil não é tão severo quanto nos Estados Unidos, já que na legislação brasileira não houve pautas segregacionistas. Entretanto, há códigos sociais que diferenciam pessoas brancas de pessoas negras, como, a título de exemplo, o quarto da empregada e o elevador de serviço. Além disso, consoante os norte-americanos, nós aqui também temos bairros formados em sua maioria por pessoas negras e outros compostos somente por pessoas brancas. O que difere um país de outro é o fato de que no Brasil essa segregação está de forma não dita.

Destarte, observa-se que o racismo no Brasil ainda é uma ferida aberta, são marcas que são transmitidas pela memória de várias gerações do nosso passado escravocrata. Nesse sentido,

conforme escreve Vannuchi (2017, p. 66), “além de tudo, a falta de nome e de admissão do racismo no Brasil confisca a condição de pensamento e até de defesa contra as palavras e os gestos violentos”.

Assim sendo, no que se refere especificamente às amefricanas, há de se considerar que essas são as principais vítimas dessa estrutura racista, pois também sofrem com opressão machista e classista, ocupam a base da pirâmide social e sua condição social é inferior à de qualquer outro grupo.

Em termos metodológicos, cumpre explicitar que este artigo apresenta uma abordagem qualitativa, através da qual realiza-se uma análise bibliográfica acerca das mulheres negras e de sua centralidade nas famílias negras, bem como caracterizam-se as lacunas do racismo no contexto brasileiro. Não obstante, é importante frisar que as problematizações e inferências que estarão na sequência deste texto partem também das próprias experiências da autora, como mulher negra e ativista das relações étnico-raciais.

Um breve relato sobre a mulher negra escravizada

Ao dialogar sobre mulheres negras no período da escravização, observa-se que essas foram excluídas da historiografia. Segundo Machado (2018, p. 353),

Nas pesquisas sobre a escravidão, ainda é comum notar que especialistas se referem aos escravos de forma geral, como se estes fossem isentos de gênero e sexo, e pudessem ser inseridos numa categoria única. Condições de vida, trabalho, saúde, relações sociais e comunitárias são frequentemente descritas como características de um modo de vida do escravo, sem que em nenhum momento se mencionem as diferenças de homens e mulheres.

Nascimento (2006) escreve que, ao contrário das mulheres brancas, as mulheres negras escravizadas eram vistas essencialmente de maneira semelhante aos homens escravizados, principalmente no trabalho, pois eram trabalhadoras não somente no bojo das casas-grandes, mas também no campo. Nas atividades subsidiárias,

eram elas que, forçadamente, forneciam o futuro da mão de obra escravizada, uma vez que, junto ao seu correspondente masculino, foram o suporte para a instituição escravocrata, concomitantemente com o tráfico negroiro. Em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós⁹, “as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro” (Davis, 2016, p. 25). Ainda que estivessem em processo de procriação, as escravizadas não tinham acesso aos princípios mínimos que norteiam o processo de gestação. Conforme Penha (2010, p. 10),

São inúmeros os casos de negligência e de descaso dos senhores, no que se refere a questão e tratamento da reprodução das escravas visto que quando grávidas não dispunham ou melhor, não lhes eram concedidas nenhuma condição por mínima que fosse para que houvesse um melhor desenvolvimento do feto.

hooks faz uma breve comparação sobre o cuidado que era conferido às africanas grávidas e após os maus-tratos a que as gestantes eram submetidas no navio negroiro. De acordo com a autora, “[...] foram acostumadas a regalias e cuidados durante a gravidez, as características bárbaras da gestação a bordo do navio negroiro eram tanto fisicamente prejudicial quanto psicologicamente desmoralizante” (hooks, 2023, p. 42).

No livro “Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil”, Giacomini (1988) relata o infanticídio como estratégia que as escravizadas utilizavam para livrarem seus filhos da condição de escravizado. Nas palavras da autora (Giacomini, 1988, p. 26),

Não seria, no entanto, descabido identificar na prática do aborto e do infanticídio uma forma de resistência da escrava seja às péssimas condições oferecidas à procriação,

⁹ A Lei Eusébio de Queirós foi aprovada em setembro de 1850, decretando a abolição do tráfico negroiro no Brasil. No entanto, chama a atenção que 6.900 africanos escravizados ainda tenham sido desembarcados no país entre 1851 e 1856 (Araújo, 2018).

seja ainda à inevitável condição escrava que legaria em herança aos filhos. Os infanticídios, vistos sob esse prisma, seriam, sobretudo, a única e trágica forma visualizada pela mãe escrava para livrar seus filhos da escravidão.

A maternidade não era estendida às escravizadas, já que elas eram classificadas como reprodutoras, ou seja, eram instrumentos de ampliação da força de trabalho escravizado (Davis, 2016). Logo, restringia-se a condição da maternidade para escravizadas, mas abriam-se as portas para o cuidado e o aleitamento dos filhos das mulheres brancas da elite. Segundo Telles (2018), a justificativa para amefricanas serem obrigadas a deixar os seus filhos e ir amamentar o filho do senhor de engenho refere-se ao mito de que o leite das mães brancas seria fraco comparado à robustez e à abundância do leite das mulheres negras e africanas:

Assim, sempre que um bebê branco nascesse, uma mãe escrava adentraria a sede da fazenda. Afastada a maior parte do tempo de suas comunidades e famílias, à ama de leite era conferida a delicada e cansativa função de cuidar dos membros mais jovens da família senhorial. As mamadas tomavam-lhe o dia e a noite, e a rotina era cadenciada por banhos e trocas de fralda. Durante o dia, enquanto os bebês dormiam, ou mesmo tendo-os acordados no colo, é provável que suas senhoras solicitassem a execução de outros serviços. Durante a noite, há registros de que a ama dividia o quarto com o bebê (Telles, 2018, p. 102).

Em uma segunda análise, no que se refere ao campo do trabalho, as africanas escravizadas realizavam diferentes tipos de tarefa, uma vez que eram enfermeiras, cozinheiras, costureiras, lavadeiras e até criadas domésticas. Todavia, há aqueles que acreditam que o processo de escravização foi mais brando para aquelas que estavam inseridas nos casarões senhoriais. Porém, as escravizadas domésticas eram mais propensas a sofrer crueldades e torturas por estarem constantemente na presença de senhores e senhoras brancas (hooks, 2023).

Além de todas as injustiças vivenciadas pela condição de escravizada, “a mulher escravizada vivia sempre atenta a sua vulnerabilidade sexual e em permanente medo de que qualquer homem, fosse ele branco ou negro, pudesse escolhê-la para assediá-la e vitimizá-la” (hooks, 2023, p. 51). A maioria das mulheres escravizadas com idade entre 13 e 16 anos sofreram com estupros e outras formas de assédio sexual e, além disso, eram severamente punidas aquelas que não atendiam às propostas sexuais dos senhores e de seus capatazes (hooks, 2023).

De acordo com o que escreve Angela Davis (2016, p. 19) a respeito da condição da mulher negra escravizada, há de se considerar que:

A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.

De acordo com bell hooks (2023, p. 55), “o objetivo político desse estupro categórico de mulheres negras por homens brancos era obter absoluta submissão e obediência à ordem imperialista branca”. Além disso, a autora comenta sobre a intensidade do ódio do homem branco para com o corpo da mulher escravizada. A justificativa para as brutalidades cometidas estava na perspectiva cristã, na qual a mulher trouxe o pecado para o mundo, logo, era uma sedutora má (hooks, 2023).

Não podemos deixar de considerar que alguns intelectuais como Gilberto Freyre romantizam, na historiografia brasileira, o estupro da mulher negra escravizada pelo homem branco. O intelectual pouco considerou o constrangimento vivenciado por essa mulher, que por vezes engravidava, criava os filhos e compartilhava o espaço com o homem que a violentou. Além disso, mãe e filhos conviviam com a esposa do senhor e com os meios-irmãos, o que ocasionava constrangimento e ciúmes e gerava consequências como castigos severos para a escravizada e seu filho, além de, por vezes, a venda e separação de ambos (Machado, 2018).

Observa-se também que as mulheres escravizadas, a partir dos seus limites e possibilidades, tentavam resistir à gravidez indesejada, utilizando alguns métodos contraceptivos. Conforme elucida Machado (2018, p. 358),

Senhores de escravos e seus agentes - sobretudo os médicos - desconfiavam que as escravizadas faziam uso de estratégias contraceptivas, realizavam abortos ou mesmo o infanticídio, de forma a inviabilizar o visado aumento de capital humano produtivo. A utilização de inúmeras ervas e remédios abortivos, a introdução de elementos cortantes ou perfurantes no útero [...]. Os senhores e os médicos que suspeitavam das mulheres escravizadas tinham pouca sensibilidade para admitir que o tratamento impiedoso imposto pelo sistema escravista era o culpado da baixa reprodução. Por outra, as mulheres se calavam sobre como faziam para evitar ou terminar uma gravidez indesejada. Sabemos, por exemplo, que em áreas algodoeiras as mulheres subtraíam sementes de algodão, para mascá-las como contraceptivo ou abortivo, e que diferentes cocções de ervas eram utilizadas para provocar aborto.

Inseridas nesse contexto estavam as mulheres negras escravas, que, sem dúvida, eram situadas em um nível social inferior, tanto por serem mulheres quanto por serem negras e, também, escravas. Ser mulher e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista é reunir todos os elementos

favoráveis à exploração, tanto econômica quanto sexual. É também ser alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes segmentos.

Mulheres negras e a intersecção de raça, gênero e classe

De acordo com hooks (2023), vários são os diálogos sobre a violência sexual vivenciada por mulheres negras durante a escravidão, mas minimamente se fala das consequências que ainda se apresentam por conta desse processo de brutalidade. Nesse viés, é importante observar as poucas mudanças que houve ao longo dos anos e o fato de as mulheres negras ainda serem vistas socialmente como permissivas perante o sexo e disponíveis para receber violações sexuais de homens brancos e negros. Assim, ainda que bell hooks possa estar se referindo a uma perspectiva das mulheres afro-americanas, essas questões também contemplam as mulheres amefricanas, pois, segundo a intelectual Lélia Gonzalez (2020a), não é atribuído às mulheres negras, descendentes de escravizadas, o mínimo de humanidade. Nas palavras da autora,

Um ditado “popular” brasileiro sintetiza essa situação ao afirmar: “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”. Atribuir às mulheres amefricanas (pardas e mulatas) tais papéis é abolir sua humanidade, e seus corpos são vistos como corpos animalizados: de certa forma, são os “burros de carga” do sexo (dos quais as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, se constata como a superexploração socioeconômica se alia à superexploração sexual das mulheres amefricanas (Gonzalez, 2020a, p. 59).

Além disso, conforme Carneiro (2003), as mulheres negras fazem parte de um grupo em que não são vistas como dondocas nem rainhas, mas, ao contrário, são vistas como antimusas da sociedade brasileira.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um